

Vitória da luta da categoria!

Órgão Especial aprova extensão da Gratificação de Desempenho das Atividades Cartorárias aos agentes. **Página 6**



Mobilização

**Oficiais de justiça
deliberam em
Assembleia o
estado de greve**

PÁGINAS 4 e 5

Comarcas

**Assojubs e Sintrajus
cobram do TJ
melhores condições
de trabalho**

PÁGINA 6 e 7

Associação

**Núcleo dos
Aposentados
da Assojubs é
reativado**

PÁGINA 9

Programação

**Eventos sociais
e esportivos:
Confira o que
vem por aí!**

PÁGINA 12

Editorial

O otimismo tem que prevalecer

O copo está meio vazio, diria o pessimista. O copo está meio cheio, diria o otimista. Ou ainda, o copo está na metade, diria o desligado, que não percebe as possibilidades de progresso e avanço em cada situação.

No dia 28 de maio houve a votação no Órgão Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estendendo a gratificação a todos os agentes, uma justiça sendo feita, pois, afinal de contas, o Fórum não se resume apenas aos cartórios e processos. Nós, servidores, mais do que ninguém sabemos disso, porém, muitos pessimistas eram descrentes de que isso poderia acontecer.

Após a formação das Centrais de Mandados nas comarcas, ocorreu uma maior união dos oficiais de justiça em torno de muitas questões, algumas reivindicadas há mais de 20 anos e outras novidades que são verdadeiras invenções de quem nunca cumpriu um mandado na vida. Em breve, e mantendo esse trabalho de mobilização, eles conseguiram avançar muito em seu pleito.

E para os escreventes, nada? É o que muitos estão questionando. Para eles, o copo vai estar sempre meio vazio, pois não conseguem enxergar que somos uma única categoria e que se conseguirmos melhorar a situação de algumas funções hoje, amanhã, com certeza, será a vez deles. E assim sucessivamente. Basta continuarmos a luta uns pelos outros.

Todo servidor do judiciário sabe que nada vem de “mão beijada”, nada vem “de graça” do TJ, e sempre é necessária luta e perseverança para a conquista de melhores salários e condições de trabalho.

Todo mundo já ouviu falar das comissões formadas na gestão anterior do Tribunal: Comissão de Orçamento, Comissão de Insalubridade, Comissão dos Oficiais de Justiça e outras nas quais participam, além de membros do TJ, os nossos representantes, que são os dirigentes das associações. E sempre que há reunião de alguma dessas comissões, é tentada a abordagem de outros assuntos relativos à nossa pauta de reivindicações, entregue em março. Isso significou um avanço na forma de negociar, sempre tratando de problemas pontuais que muitas vezes ficavam de fora numa discussão mais ampla, genérica.

Infelizmente, na maioria das vezes, as coisas não vêm na velocidade ou no tempo em que queremos, mas na hora em que fazemos por merecer o que pedimos.

Nossa obrigação é sermos sempre otimistas e vermos o copo sempre como meio cheio, ajudando-nos uns aos outros, não só nos locais de trabalho, mas na vida, e nunca, jamais desistir de lutar pelos direitos, ficando contentes e comemorando juntos cada conquista, pois o dia em que desistirmos de nossos companheiros, estaremos desistindo de nós mesmos.

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!
www.assojubs.org.br

E X P E D I E N T E

**Diretoria**

Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Sílvio José Realle - tesoureiro
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Armesto - 1º tesoureiro
Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho

Adelson Pereira Gaspar
Paulo Afonso Filgueiras Júnior
Paulo Sampaio Mercadante Filho
Alessandro Muniz Barreto

Redação

Camila Marques, José Carlos de Almeida,
Luiz Milito, Sílvio Realle e Rosângela dos Santos
Jornalista responsável:
Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Impressão: Gráfica Diário do Litoral -
Tiragem: 5.500 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs

Assojubs Santos -
Av. São Francisco, 276/278, Centro,
Fone: 3223-2377 - 3223-5278
Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade,
Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de “O Processo” para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

Aniversário

Os sete anos do Coral Assojubs



Por Givanildo Silva Dias

Em 2014, no mês de agosto, o Coral Assojubs completa sete anos de existência. É um grupo, graças a Deus, unido e seus membros estão ligados na mesma sintonia, mantendo sempre o respeito uns com os outros.

Nos ensaios, que acontecem todas as quartas-feiras, às 19 horas, e quinzenalmente às segundas-feiras, em igual horário, o grupo é só alegria. Para as apresentações, esse entusiasmo prosse-

gue no intuito de agradecer ao público.

Seus integrantes se dedicam a buscar dar o melhor de si, aprendendo mais e se corrigindo a cada encontro. O caminho é o de grupo vocal, pois assim não há tropeços individuais nas vaidades musicais.

Parabéns, Coral Assojubs! Sempre unido para crescermos juntos!

Givanildo Silva Dias é chefe do setor terceirizado de Reprografia da Comarca de Santos, coralista e associado especial da Assojubs

EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

**ALUGUEL -
DIÁRIAS, FINS
DE SEMANA E
FERIADOS**

Condições
especiais para
associados
da Assojubs

- Pousada
- Chalé
- Casa

Descontos em
passeios de lancha e
jipe pela região

Tratar com Renato (Rato)
Fones: (12) 99235.8325
rato.santista@hotmail.com

Assembleia Geral Ordinária

Aprovada a prestação de contas de 2013

Reunidos no Auditório da Assojubs Santos, os associados da entidade aprovaram por unanimidade a prestação de contas do período de janeiro a dezembro de 2013 em Assembleia Geral Ordinária realizada na noite do dia 19 de maio, conforme os artigos 24 e 25 do Estatuto Social vigente.

A Assembleia teve início com a leitura do parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Assojubs. Na sequência, acompanhada pelos associados presentes, a mesa descreveu o balanço com as receitas e despesas do ano de 2013, bem como a composição patrimonial do mesmo período.

A mesa de trabalho contou com Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, Rosângela dos Santos, secretária geral, Silvio Realle, diretor de Tesouraria, e Sônia Aparecida Fraga Andrade, responsável pela contabilidade da associação.

Assim que encerrada a leitura dos documentos, sem quaisquer dúvidas ou questionamentos do apresentado na Assembleia, em regime de votação, a prestação de contas foi aprovada pelos associados participantes.



Mesa de trabalho, formada por Rosângela dos Santos, Silvio Realle, Alexandre dos Santos e Sônia Aparecida Fraga Andrade, descreveu o balanço aos associados, que acompanharam atentos



Jurídico

Diga não ao Imposto Sindical!

No dia 28 de maio, o Tribunal de Justiça fez publicar edital de citação a todos os servidores públicos do Órgão para que se manifestem sobre o desconto da contribuição sindical (Imposto Sindical) que está sendo cobrado pelo Sindicato União, Mandado de Segurança nº 0196225-42.2013.8.26.000.

A polêmica sobre o desconto do "Imposto Sindical" dos servidores públicos ainda é questionável, eis que o Supremo Tribunal Federal (STF) não realizou decisão definitiva sobre o tema, existindo no universo jurídico algumas decisões contra e muitas a favor do desconto sindical dos servidores.

A Assojubs entende que a contribuição sindical obrigatória deveria ser revogada, prevalecendo a contribuição espontânea dos trabalhadores na manutenção da entidade representativa.

Infelizmente, isso não ocorre e, ainda pior, sindicatos sem qualquer representação, e que atuam apenas como corrente de transmissão dos patrões, po-

dem abocanhar milhões a título de "Imposto Sindical".

Tendo em vista que os servidores têm um prazo para se manifestarem sobre o desconto, a Assojubs colocou o Departamento Jurídico da entidade para realizar a defesa nesse processo aos associados, sem qualquer custo, excetuado a necessidade de despesas processuais, se for negada a gratuidade.

Quem não for associado e quiser ser defendido pelo Departamento Jurídico da Assojubs deverá se associar através das sedes (Santos, São Vicente e São Paulo) ou com os diretores regionais.

Para tanto, é necessário que preencham a procuração e declaração de carência jurídica e entreguem na associação ou aos diretores regionais juntamente com a cópia da funcional, holerite, RG e CPF. O prazo para preenchimento e devolução dos documentos é até 20 de junho

A procuração e modelo de declaração podem ser retirados nas sedes ou impressos a partir do site www.assojubs.org.br.

Sindicato

Sintrajus tem novo coordenador geral

Desde maio, Michel Iorio Gonçalves, escrevente técnico judiciário da Comarca de Cubatão, passou a ser o novo coordenador geral do Sintrajus (Sindicato dos

Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira do Estado de São Paulo).

Michel Iorio Gonçalves, an-

tes secretário geral, assumiu o cargo devido à renúncia de Hugo Coviello, o antigo coordenador do Sintrajus, que pediu exoneração de suas atividades como

agente operacional no Tribunal de Justiça para lecionar, pois foi aprovado em um concurso público na área de Educação do Estado de São Paulo.

Com essa alteração na Coordenação do Sintrajus, Gisele Alonso, escrevente da Comarca de Cubatão, passou a ser a secretária geral.

Assembleia Estadual e Audiência Pública

Mobilizados, oficiais de justiça aprovam pauta específica e deliberam o estado de greve

Mobilizados, oficiais de justiça de diferentes comarcas de São Paulo realizaram no dia 21 de maio uma Assembleia Estadual. Reunidos na Praça João Mendes, região central da Capital, os servidores aprovaram uma pauta de reivindicações específica da carreira e deliberaram o estado de greve por tempo indeterminado.

Com apoio da Assojubs e demais entidades representativas, a Assembleia Estadual concentrou cerca de 250 oficiais de justiça vindos de comarcas da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá e Cubatão), do Interior (São Simão, Birigui, Ribeirão Preto, Ituverava, Itu, Matão, Limeira, Araraquara, Valinhos, Campinas, Atibaia, Jales, Americana, Franca e Sorocaba), Grande São Paulo (São Caetano, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Barueri e Campo Limpo Paulista) e prédios da Capital (João Mendes, Barra Funda, Execução Fiscal, São Miguel Paulista, Itaquera, Penha e Hely Lopes).

Além da Assojubs, participaram representantes da Asse-tj, Aojesp, Apatej, Assojuris, Fespesp, Sintrajus, Sinjuris, Sindjesp ABCDMRR, Sindjesp Caieiras, Sojesp, Sindjesp Região Metropolitana SP e Comando da Base. O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) também esteve prestando seu apoio, como habitualmente faz.

Luiz Milito, vice-presidente da Assojubs e membro da Comissão de Oficiais de Justiça,



Oficiais de justiça em Assembleia na Praça João Mendes e, na sequência, na Alesp para a Audiência Pública

juntamente com Catarina Lutfi Morgado (Santos) e Sonia Silva (Ribeirão Preto) coordenaram os trabalhos da Assembleia. Em sua fala, o representante reforçou que os servidores da função estão em unidade e tal batalha faz parte das lutas gerais da categoria na Campanha Salarial 2014.

Os itens contidos na pauta específica aprovada por unanimidade são: aprovação imediata do Projeto de Lei Complementar 56/2013 (que propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo), alterações das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, atualização dos valores das diligências pagas (sem reajuste desde 2012) e aprovação do Projeto de Lei Complementar 30/2013 (que dispõe sobre a concessão da perda inflacionária acumulada em 10,55%).

Também foram apresentadas as propostas de organização e continuidade da luta, com a discussão dos itens: organização dos oficiais de justiça, a questão da violência, o abaixo-

assinado sobre o sindicato e ações de mobilização.

Sobre a organização dos Oficiais nas comarcas e prédios, Sonia Silva propôs que a formação seja em comissões por local de trabalho com a indicação de, pelo menos, um representante que possa ser interlocutor junto ao movimento. A Assembleia aprovou a proposta.

Luiz Milito explanou a respeito da formação e eleição de uma Comissão Geral de Representantes e de Negociação junto ao TJ, composta, inicialmente, pelos servidores que já estão participando da coordenação da luta. São eles: Paulo (Execução Fiscal), Eliana (Barra Funda), Catarina (Santos), Adauto (João Mendes), Rosângela (Santos), Abel (João Mendes), Michel (Atibaia), Henrique (Diadema), Magali (João Mendes), Mauro (Execução Fiscal), Emerson (Atibaia), Marcio (Franca), Marilda (Barra Funda), Marcelo (Barra Funda), Sergio (São Miguel Pta), Marcia (João Mendes), Toninho (Santos),

Sonya (Ribeirão Preto), Casio (Campinas), Anildo (João Mendes), Mario (Piracicaba), Rosimeire (Ribeirão Preto), Luiz Milito (Execução Fiscal) e José Luiz (Itú). A proposta foi igualmente aprovada.

Catarina Morgado expôs acerca da violência sofrida pelos oficiais no cumprimento dos mandados, que ocorre de forma generalizada no Estado, porém, em cada Comarca tem os locais de extremo perigo e risco. A proposta é de fazer e aprofundar o debate sobre o tema, elaborar uma certidão comum circunstanciada para o não cumprimento de mandados nessas áreas e, de forma unitária, ter o apoio e respaldo de todos os oficiais.

Continua sendo encaminhado nas Centrais de Mandados os abaixo assinados dirigido ao Ministério Público do Trabalho (MPT) exigindo uma possível averiguação na má condução efetuada pela atual diretoria do Sindicato dos Oficiais (Sindojus SP) devido à falta de representatividade, transparência

e esclarecimento à categoria dos gastos com a verba recebida oriunda da Contribuição Sindical, desconto de um dia de trabalho de todos os oficiais de justiça - já efetuados em novembro de 2013 e abril de 2014 -, pela ausência nas lutas, por ter um estatuto antidemocrático que dificulta a participação dos sindicalizados e a alternância na direção, entre outros problemas.

Além do estado de greve desde 22 de maio, para alertar o TJ que poderá ser deflagrada paralisação geral a qualquer momento, ainda foram aprovados: reuniões de prédios, atos regionais no dia 25 de junho, esclarecimentos aos colegas de cartório e utilização de adesivos pela aprovação do PLC 56/2013 (nível universitário) durante o horário de trabalho.

Alesp

Na sequência, os oficiais de justiça e representantes seguiram para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para uma Audi-

ência Pública no intuito de fazer pressão na Casa em defesa do PLC 56/2013. Inicialmente, os servidores ocuparam as galerias do plenário Juscelino Kubitschek e acompanharam as oratórias parlamentares durante a sessão do dia. Para fazer suas manifestações, utilizaram o Franco Montoro.

O deputado Carlos Gianazi, e sua assessoria, deram todo suporte para a realização da Audiência Pública na Alesp. Também manifestaram apoio Ed Thomas (PSB), Itamar Borges (PMDB) e Sara Munhoz (PC do B). A discussão contou

com explanações de diversos oficiais de justiça, uma demonstração de unidade dos servidores da carreira.

Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, ressaltou o absurdo que é o TJ-SP não cumprir a determinação do Conselho Nacional de Justiça a respeito do nível universitário para os oficiais de justiça: “O Tribunal Paulista só segue as orientações do CNJ quando é em detrimento aos trabalhadores!”

Para o presidente da Assojubs, outro fator positivo da união dos oficiais de justiça é que tais discussões são oportu-

nidades de mostrar para a população a realidade do Judiciário no que tange aos seus funcionários. “Só é mostrada a justiça em números, na questão produtividade, independente da justiça digna, de qualidade”, reiterou.

“Aqui, na Casa das Leis, não se julga pela importância social e, sim, quando é de interesse político dos que governam. Os trabalhadores não tem vez. Por isso, repito, temos que remar contra a maré. É difícil, mas não existe vitória sem batalha”, finalizou o vice-presidente da Assojubs, Luiz Milito.



Alexandre dos Santos fala do absurdo que é o TJ-SP não cumprir a determinação do CNJ sobre o nível universitário

Reivindicações foram alvo de manifestação coletiva

Na tarde de 29 de abril, os oficiais de justiça realizaram uma manifestação coletiva em diferentes fóruns do Estado. Os servidores uniram-se em atos públicos na defesa pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 56/2013 (que propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo), as alterações das Normas da Corregedoria Geral da Justiça e a atualização dos valores das diligências pagas (sem reajuste desde 2012).

Santos, São Vicente e Cubatão

Em frente ao Palácio da Justiça de Santos, a manifestação concentrou servidores da função da própria Comarca, de Cubatão e São Vicente. Durante o ato foram debatidos os três pontos da pauta e passado o abaixo-assinado a ser direcionado ao Ministério Público do Trabalho (MPT) solicitando a fiscalização de entidade representativa dos oficiais devido à falta de transparência, não prestação de contas junto à categoria, a ausência nas lutas, e estatuto antidemocrático,

Dentre os diversos infor-



No Guarujá, os oficiais de justiça reuniram-se em frente ao Fórum de Pitangueiras; em Santos, a manifestação concentrou servidores da própria Comarca, de Cubatão e São Vicente

mes, os oficiais expuseram aos demais que o PLC 56/2013 traria um impacto financeiro ao Tribunal de Justiça de cerca de R\$ 17 milhões ao mês, um valor já existente nos cofres do Órgão, dado o orçamento anual, repasses financeiros e os valores arrecadados pelo Fundo Especial.

“Apenas dois estados da Federação não contemplam o nível universitário para os oficiais de justiça. São eles São Paulo e Minas Gerais. Temos que ter a consciência que devemos estar unidos e focados para ver nossas reivindicações atendidas. Hoje, infelizmente, nossa vida é resistir. Mas não

resistir individualmente e, sim, coletivamente, para termos força em nossas ações”, ressaltou a secretária geral da Assojubs, Rosângela dos Santos, que é oficial de justiça.

A respeito das mudanças nas Normas da Corregedoria, a secretária geral da Assojubs lembrou um fato importante durante a elaboração do processo de atualização: “Foram ouvidos técnicos, chefes, menos os oficiais, os mais interessados na questão. Por isso reforço que temos que nos manifestar!”

Guarujá e Praia Grande

Na Comarca de Guarujá, os oficiais de justiça reuniram-se



em frente ao Fórum de Pitangueiras. Os pontos de pauta foram aprovados pelos presentes, bem como o abaixo-assinado a ser encaminhado ao Ministério Público do Trabalho. Em Praia Grande, os oficiais também aprovaram a pauta e o abaixo-assinado.

Capital

Na Capital, a manifestação coletiva aconteceu na Praça João Mendes. Participaram do ato mais de 90 oficiais de justiça, entre servidores em atividade e aposentados, representando os seguintes fóruns: Complexo Criminal da Barra Funda, Execuções Fiscais (Estadual e

Municipal), Hely Lopes Meireles, Itaquera, João Mendes, São Miguel Paulista, Atibaia, Diadema e Piracicaba.

A pauta foi aprovada por unanimidade. Igualmente, a continuidade do abaixo-assinado dirigido ao MPT para pedido administrativo de fiscalização juridicamente fundamentado.

Ao término da manifestação, uma Comissão composta por mais de 10 oficiais de justiça se dirigiu ao Palácio de Justiça e conseguiu realizar uma reunião com o desembargador Antônio Carlos Malheiros, além de protocolar a pauta e falar do calendário de lutas.

Vitória da luta da categoria!

Órgão Especial aprova extensão da GDAC aos agentes

Na tarde do dia 28 de maio, a luta da categoria alcançou mais uma vitória! O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aprovou na sessão do dia a Gratificação de Desempenho das Atividades Cartorárias (GDAC) a todos os servidores ocupantes de cargos de agente administrativo, operacional e de serviço.

A Assojubs, representada por Alexandre dos Santos, presidente, Luiz Milito, vice-presidente, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria, bem como Adelson Pereira Gaspar, tesoureiro do Sintrajus, e outros dirigentes acompanharam a votação por unanimidade dos magistrados, que não se opuseram ao argumento apresentado pelo presidente, desembargador José Renato Nalini.

Em uma reunião anterior do TJ com os servidores, em 15 de maio, já havia sido definido que as juízas assessoras da área de

Recursos Humanos emitiriam um parecer para que agentes, independente da função, fossem contemplados com o pagamento. Com o aval da Presidência, foi encaminhado ao Órgão Pleno e aprovado nesta quarta-feira. A extensão da gratificação, Resolução 646/2014 publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), será, provavelmente, para a folha de agosto.

Para o presidente da Assojubs, presente às discussões sobre a questão com o TJ e na votação da proposta no Órgão Especial, a extensão corrige a injustiça gerada pela Lei Complementar N° 1.217, de 12 de novembro de 2013, sobre a revisão do Plano de Cargos e Carreiras dos funcionários do Órgão e que instituiu a gratificação de 65% apenas para os agentes que trabalham nas unidades judiciais (cartórios), excluindo os demais que exer-



Assojubs, Sintrajus e agentes judiciários reunidos após o Órgão Especial ter aprovado a extensão da GDAC

cem estas funções nas unidades administrativas.

As discussões sobre a extensão da GDAC a todos os agentes tiveram, além da Assojubs,

as participações da Assojuris, Affocos, Apatej e Assetj, Maria Fernanda de Toledo Rodovalho e Maria de Fátima Pereira da Costa, juízas assessoras da

Presidência, Lilian Salvador de Paula, secretária de Planejamento de Recursos Humanos, e o desembargador Antônio Carlos Malheiros.

Condições de Trabalho

Assojubs e Sintrajus em tratativas com representantes dos Darajs 7 e 9

Apesar das temperaturas amenas por conta da mudança de estação, a falta de climatização nos fóruns, entre outras demandas, seguiu na pauta das discussões entre a Assojubs e o Sintrajus, representantes dos servidores, com o Tribunal de Justiça, por meio das diretorias

das Regiões Administrativas Judiciárias, na sede da Gerência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, em Santos.

No dia 7 de abril, Assojubs e Sintrajus deram continuidade às tratativas com Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, juiz

diretor do Fórum da Comarca de Santos e responsável pela Diretoria do Departamento de Administração da 7ª Região Administrativa Judiciária (Daraj 7), mas em nada se avançou no debate.

Segundo Marinho, o trabalho para resolver os problemas

das comarcas da região não pode ser realizado porque barra na autorização a ser deferida por uma comissão de juízes – comissão essa que atua como fiscalizadora das atividades realizadas pelo Daraj.

A respeito dos condicionadores de ar que foram provi-

denciados para Santos e que seriam distribuídos entre as salas dos prédios Anexo e Cível, a instalação dos mesmos não aconteceu. O juiz diretor informou ter havido um imprevisto, pois há a necessidade de efetuar pequenas obras de adaptação para que os equipamentos

estejam prontos para uso. Esses reparos chegam a um valor que ultrapassa o limite da verba própria que pode ser usada pela Comarca, que tem um teto de R\$ 8 mil.

Do pleito da mesa de conciliação anterior, realizada em 13 de fevereiro, Marinho apenas garantiu a climatização nas salas dos assistentes sociais e psicólogos e dos oficiais de justiça, ambas no prédio Anexo. No Cível, foi feita a instalação na sala dos oficiais de justiça.

A referida comissão de juízes, de acordo com Marinho, equivale ao Legislativo, que aprova os pedidos feitos por ele, seja como juiz diretor da Comarca ou pelo Daraj. Tal comissão só foi definida no final do mês de maio, com publicação dos integrantes do Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do dia 29.

Além dessa comissão de juízes, apenas a Presidência tem poder de deferir a questão. Mas, nesse caso, a vontade política é fator decisivo, e quando se trata dos servidores, empecilhos aparecem aos montes.

Sobre a reforma da cabine primária do prédio central, a primeira fase, de contratação, foi finalizada. Agora, a segunda fase, de elaboração, já está em vias de ser encerrada. “Garantido o projeto executivo, que visa uma análise completa da questão, daqui para frente fica a cargo da Presidência”, esclareceu Marinho, deixando claro aos representantes que novamente vai esbarrar no trâmite burocrático da vontade política da gestão do TJ.

“O que era uma situação emergencial, crítica, vai permanecer, pois de concreto não temos nada”, frisou o presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos. O dirigente ainda lembrou um fato ocorrido em uma das reuniões com a cúpula do TJ, em que um membro do Poder Judiciário teve a coragem de falar que “lembra de Santos toda vez que o calor se intensifica e não sabe como ainda não aconteceu o pior”. “Vai precisar mesmo morrer alguém para



Assojubs e Sintrajus durante as mesas de conciliação no Ministério do Trabalho e Emprego com os representantes dos Darajs 7 e 9

realmente resolver?”, indagou o representante da associação que não obteve resposta.

Aproveitando a oportunidade da discussão, foi cobrado um parecer acerca da Comarca de Cubatão, um caso semelhante ao de Santos, em que o prédio também precisa de reforma na cabine primária de energia. O juiz diretor alegou que lá, por ser menor, está mais avançado, mas depende igualmente do aval da comissão de juízes. “Assim que autorizado, faremos a obra”, disse Marinho.

Na Comarca de Praia Grande, onde recentemente parte do teto do 3º Ofício Cível desabou devido a problemas com a caixa de água do prédio, Marinho relatou que providências já foram tomadas e que ele esteve no Fórum pessoalmente averiguando o estrago causado no cartório, acidente que, felizmente, não deixou funcionários feridos, apenas destruiu mesas e alguns equipamentos. O refeitório, que antes estava interditado, já está disponível para utilização dos funcionários.

No Guarujá, a Assojubs apresentou a Marinho um ofício contendo inúmeras situações de risco por causa de complicações estruturais, o que deixa o prédio da Comarca propício ao sinistro em caso de incêndios, apesar do treinamento realizado pelo Tribunal de Justiça, pois como em outros fóruns há muitos “improvisos” e poucos consertos efetivos.

Questionado pela associação se os fóruns das comarcas

das regiões possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), Marinho não soube informar.

Já em 15 de abril foi a vez das tratativas com a Diretoria do Departamento de Administração da 9ª Região Administrativa Judiciária (Daraj 9), representada por Érico Di Prospero Gentil Leite, juiz diretor, Patrícia C. Figueiredo, coordenadora.

No Fórum de São Sebastião, a situação se assemelha a Santos e Cubatão, pois igualmente necessita de reforma na cabine primária de energia para a viabilidade de climatização. O juiz diretor e sua coordenadora apresentaram um cronograma para o reparo no local, obra prevista para ser feita em um período de 11 meses.

A licitação para a reforma na cabine de energia do no Fórum de São Sebastião já está em fase final. Na sequência, será a vez da licitação para aquisição e instalação dos 41 equipamentos condicionadores de ar - modelo split - a serem distribuídos entre as unidades da Comarca.

Sobre Ubatuba, foi proposto um prazo de 60 dias para conclusão do estudo acerca da ampliação da cabine primária de energia, que, no momento, também impossibilita a refrigeração do local. Caso a análise técnica avalie que a obra não seja necessária, será providenciada a instalação de seis aparelhos - modelo janela - já disponíveis no fórum. Em Caraguatatuba, já foi solucionada



a questão da refrigeração, segundo afirmou o juiz diretor da 9ª RAJ, mas permanece o pedido de fiscalização formulado na inicial.

A coordenadora do Daraj 9 ficou responsável por informar a conclusão do estudo e o andamento do cronograma das referidas comarcas diretamente aos representantes dos servidores.

Durante as mesas de conciliação no Ministério do Trabalho e Emprego, a Assojubs participou com Alexandre dos Santos (presidente), Rosângela dos Santos (secretária geral) e Silvio Realle (diretor de Tesouraria). O Sintrajus foi representado por Michel Iorio Gonçalves e o Departamento Jurídico da associação/sindicato se fez presente por Jonadabe Rodrigues Laurindo e Elaine Rodrigues Laurindo.

Vale lembrar que a 7ª RAJ engloba as comarcas: Santos, Cubatão, Guarujá, Praia Gran-

de, Foro Distrital de Bertioga, São Vicente, Registro, Cananéia, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Foro Distrital de Pariquera-Açu, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e Foro Distrital de Itariri.

A 9ª RAJ inclui as comarcas: Aparecida, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Ilabela, Jacareí, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Taubaté, Tremembé e Ubatuba.

Assojubs e Sintrajus tiveram uma nova reunião com o Daraj 7 em 9 de junho, depois do fechamento desta edição. As informações sobre a audiência podem ser consultadas pelo site (www.assojubs.org.br) e na próxima publicação de “O Processo”.



Parte do teto do 3º Ofício Cível de Praia Grande que desabou devido a problemas com a caixa de água do prédio

Audiência no TJ

Comissão de Insalubridade tem reunião, mas discussão não avança

Na tarde do dia 21 de maio, a Comissão de Insalubridade, composta por representantes dos servidores e membros do Tribunal de Justiça, esteve reunida, na sede do Poder Judiciário, na Capital, pela primeira vez desde sua formação, em 2008. A Assojubs, apesar de participar com Luiz Milito, vice-presidente, se fez presente no encontro com Alexandre dos Santos, presidente, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria.

A discussão pouco avançou, serviu apenas para inteirar os representantes das inspeções feitas nos foros regionais, prédios abrangidos pela Seção Administrativa (SAD) 2.3, pela empresa contratada, por meio de licitação, pelo Tribunal. Inicialmente, somente os fóruns da Capital foram vistoriados, Interior e Litoral não possuem previsão para tal.

As avaliações seguem as orientações das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT)

e seu entendimento (previsão legal) do que é insalubre. Para os laudos de inspeção, foram utilizadas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mais precisamente a NR15, que versa sobre as atividades e operações insalubres.

Segundo a interpretação das normas pela empresa contratada, as unidades cartorárias não fazem parte dos locais que apresentam situações insalubres, podem, apenas, ser verificadas a respeito da ergonomia, como dispõe a NR17, que visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

Questionados sobre a falta de climatização nas unidades cartorárias, o argumento disposto pela empresa contratada

é que os espaços podem ser quentes, mas não se caracterizam como insalubres por não possuir uma fonte de calor no recinto.

A reunião se ateve a esses laudos, ainda não disponíveis para os representantes, que cobraram o encaminhamento para eles por parte do Tribunal, no intuito de estudarem as avaliações feitas e obter subsídios para uma nova discussão, a ser marcada posteriormente.

Participaram da reunião os representantes da Assetj, Apatj, Fespesp e Assojuris, Homero Maion, juiz de direito presidente da Comissão Permanente de Insalubridade (CPI) do TJ-SP, Claudia Bastos, secretária da CPI do TJ-SP, Tarcísio dos Santos, secretário da Área da Saúde (SAS) do TJ-SP, Maria Fernanda de Toledo Rodovalho e Maria de Fátima Pereira da Costa, juízas assessoras da Presidência para assuntos ligados à área de Recursos Humanos.



A Assojubs se fez presente no encontro com Alexandre dos Santos e Silvio Realle



Contagem de tempo para aposentadoria quando o servidor estiver afastado por licença saúde ou faltas médicas é motivo de reunião das entidades com o Tribunal

A Assojubs e demais representantes da categoria estiveram reunidos na tarde de quinta-feira, 5 de junho, no prédio dos Gabinetes dos Desembargadores da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Capital, com Raimundo Amorim Cantuária, presidente da Comissão Salarial, para esclarecimentos quanto à

contagem de tempo para aposentadoria no período em que o servidor estiver afastado por licença saúde ou faltas médicas.

O desembargador informou que o expediente acerca dos casos foi recebido pela Comissão Salarial e distribuído ao relator do processo. Assim que finalizada a análise por esse magistrado, um parecer

sobre a situação será emitido. O prazo para tal é de aproximadamente 30 dias, segundo afirmou Cantuária.

Após a elaboração do parecer, a Comissão Salarial enviará o documento à Presidência, visando a apreciação do desembargador José Renato Nalini, com posterior encaminhamento ao Órgão Especial

do Tribunal para decisão final.

As entidades cobraram celeridade da Comissão para um desfecho dos casos, dada a aflição dos servidores que estão inseridos nessa situação, e ficaram de fazer um requerimento defendendo que seja considerado como de efetivo exercício o tempo que o servidor estiver afastado para trata-

mento, seja em licença saúde ou falta médica.

A Assojubs foi representada por Alexandre dos Santos, presidente, Luiz Milito, vice-presidente, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria. Participaram também José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatj), Adolfo Benedeti (Assojuris) e Maurício Queirós (Affocos).

Associação

Reativado o Núcleo de Aposentados

No intuito de reativar o Núcleo de Aposentados da Assojubs, em 26 de março e 4 de junho, foram promovidos encontros desse grupo de servidores para um debate acerca da experiência de estarem afastados das atividades profissionais, o que fazem e gostariam de fazer e seus interesses em relação à associação.

As reuniões foram proveitosas e com o intuito de trazer e reaproximar os servidores aposentados para a vida social e política da associação. No primeiro encontro houve a apresentação do Coral Assojubs e seu novo repertório, cujo trabalho musical vem sendo enriquecido com elementos visuais, o que aumenta o grau de envolvimento com o público, visando tornar a tarde mais animada e agradável.

O debate ainda contou com a presença de Sebastiana Batista Silva Brassoli, membro da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), que



Foram promovidos encontros do Núcleo de Aposentados da Assojubs e um passeio pela Capital Paulista

explanou sobre sua atuação na entidade após a aposentadoria, ressaltando que hoje a força político-sindical vem justamente dos aposentados, pois são eles os que mais se dedicam a realizar esse trabalho junto à categoria.

No segundo encontro do Núcleo de Aposentados da Assojubs, a pauta foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006, que altera o art. 4º da Emenda Constitucional

41/2003, extinguindo a cobrança da contribuição previdenciária dos funcionários públicos aposentados e pensionistas (contribuição de inativos).

Dentre as diversas ideias e propostas, uma delas já foi colocada em prática: um passeio cultural pela Capital Paulista. Em 10 de abril, um grupo de servidores assistiu ao espetáculo "A Última Sessão", em cartaz do Teatro Shopping Frei Caneca.



Com texto e direção de Odilon Wagner e um elenco de peso, formado por Laura Cardoso, Nivea Maria, Etty Fraser, Sonia Guedes Sylvio Zilber, Miriam Mehler, Gésio Amadeu, Gabriela Rabelo, Yunes Chami e Marlene Collé, a "A Última Sessão" fala sobre o amor na maturidade e a força da experiência.

Antes da peça, os aposentados e demais presentes puderam aproveitar o shopping e sua di-

versificada praça de alimentação, gerando mais um momento de descontração, com muitas conversas e troca de experiências.

A Assojubs se fez presente nas reuniões e no passeio com Rosângela dos Santos, secretária geral, Alexandre dos Santos, presidente, Silvio Realle, diretor de Tesouraria, Laercio Armesto, 1º tesoureiro, e do regente do Coral Assojubs, Mário Sérgio Soares.

1º Sarau Cultural Assojubs é realizado

Na noite de 21 de maio, no Auditório da associação, em Santos, foi promovido o 1º Sarau Cultural Assojubs. Quem abriu o evento, agradecendo a presença de associados, participantes e convidados, foi Mario Sérgio Soares, regente do Coral Assojubs e oficial de justiça da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM) - Santos, que fez uma apresentação juntamente com Paulo Cesar Luz, sua companhia ao violão. No repertório, canções da MPB.

Em seguida, veio Selma Nelita Alves, escrevente do

Juizado Especial Cível (Anexo) de Santos, que declamou a poesia "Noite", da obra de Cecília Meireles intitulada "Viagem". Ela ainda leu duas composições suas, "Vampira" e "Inquietude".

Paulo Cesar Luz, o violonista, se apresentou solo e também escolheu a MPB. Danielle Cristine Pereira Lopes, telefonista/PABX do Fórum Central de Santos, recitou "Descabido" e "Tartamudo", ambas de sua autoria, sendo esta última elaborada em homenagem a um amigo portador de tartamudez.

Rosângela dos Santos, se-

cretária geral da Assojubs e oficial de justiça da SADM - Santos, por sua vez, mostrou aos presentes a poesia "Uma Arte", de Elizabeth Bishop. Mário Sérgio Soares finalizou com "Poetas do Porvir", extraída da obra "Folhas de Relva", de Walt Whitman.

O Coral Assojubs fez o encerramento da noite com cantigas populares. Uma pequena recepção aos presentes foi oferecida em confraternização ao evento.

O 1º Sarau Cultural foi uma realização do Coral Assojubs com apoio da Diretoria da associação.



Associados, participantes e convidados do 1º Sarau Cultural Assojubs



Danielle Cristine Pereira Lopes recitou "Descabido" e "Tartamudo", de sua autoria

Esportes

VIII Festival de Vôlei de Praia Assojubs: Yeda e Alexandre sagram-se bicampeões

Com vitória da dependente Yeda (servidora da Comarca do Guarujá) e o convidado Alexandre, que sagraram-se bicampeões, sobre a sócia Claudinéia (Comarca de Cubatão) e o convidado Mário, por 2 sets a 1, aconteceu em 22 de março o VIII Festival de Vôlei de Praia Assojubs – Duplas Mistas.

Realizado na Barraca de Praia da Assojubs, no bairro Pompéia, em Santos, o Festival reuniu 10 duplas compostas da seguinte forma: Victor/Luciana, Lineker/Claudiane, Manoel/Laura, Toninho/Leslie, Adilson/Fernanda, Douglas/Giovana, Mario/Claudineia, Edvaldo/Simone, Alexandre/Yeda e Leon/Gabriela.

O 3º lugar ficou para a du-



Yeda e Alexandre (à esquerda) com os 3º colocados e vice-campeões; as duplas antes do início das partidas



pla formada pela associada Luciana (Comarca de Itanhaém) e o convidado Victor ao bater, por 15 a 9, o sócio Manoel (Comarca de Guarujá) e a convidada Laura. O sistema de disputas do Festival foi de

um set de 15 pontos e somente na final foram jogados três sets de 15 pontos.

No decorrer da competição um churrasco de confraternização foi servido aos participantes. A entrega da premiação,

com troféus para as três primeiras colocações e medalhas a todos os jogadores, aconteceu ao final das partidas.

A realização do VIII Festival de Vôlei de Praia Assojubs – Duplas Mistas contou com

a parceria da Triunfo Esportes (responsável pela arbitragem e coordenação das partidas). Os demais departamentos da associação também contribuíram para a promoção do evento esportivo.

Renato Saciotto Dias vence o 5º Festival de Sinuca Jubs

O associado Renato Saciotto Dias foi o grande vencedor do 5º Festival de Sinuca Jubs, promovido em 26 de abril na Cantina Assojubs (sede santista da associação). Conhecido por todos pelo apelido "Rato", o agente administrativo da Comarca de Ilhabela, faturou o Troféu José Carlos de Almeida (Greve Geral) ao bater, na final, o igualmente sócio André Olímpio dos Santos, agente administrativo da Comarca de São Vicente, pelo placar de 2 a 1.

O 3º lugar do 5º Festival de Sinuca Jubs ficou com Antonio Marcos Rocha, o "Bebeto", agente administrativo da Comarca de São Vicente, que le-



Participantes e organização do Festival; o campeão Renato e o homenageado "Greve Geral"



vou a melhor no confronto com Adilson Luiz Rocha, escrevente técnico judiciário da Comarca de São Vicente. O resultado da partida entre irmãos foi 2 a 0.

A homenagem do 5º Festival Sinuca Jubs foi para o associado

José Carlos de Almeida, carinhosamente apelidado de Greve Geral, um reconhecimento da Assojubs por seu engajamento sindical e combatividade na luta dos trabalhadores do Judiciário Paulista por direitos e participação massiva nas

realizações da associação.

No total, foram 20 participantes divididos em duas chaves. O critério de disputa foi o de eliminatória direta, classificando o vencedor de cada jogo para a fase seguinte até chegar

à final. Durante a competição foi servido um churrasco de confraternização.

A promoção do 5º Festival de Sinuca Jubs foi da Diretoria de Esporte e Lazer da Assojubs com apoio das demais diretorias.

Homenagem

Ambulatório recebe o nome de Valéria Tubel

Na noite do dia 4 de abril, a Assojubs promoveu uma homenagem a Valéria Tubel Vaz de Almeida, dentista da associação por mais de uma década e falecida em 19 de setembro. Por ter sido a idealizadora desse trabalho com o consultório na entidade e pelo carinho no trato com os pacientes, o Ambulatório Odontológico recebeu seu nome.

A solenidade reuniu a Diretoria e funcionários da Assojubs, associados, familiares e amigos de Valéria Tubel Vaz de Almeida na entidade. Iniciada no Auditório, a homenagem rendeu momentos de agradecimento por sua dedicação com discursos emocionados devido à saudade, a lembrança de sua luta pela vida e a alegria e disposição prestadas em seus tantos atendimentos ao longo da jornada profissional e no âmbito familiar.

Já na Secretaria da asso-



Diretoria, familiares, amigos e funcionários reunidos na associação para a solenidade de descerramento da placa

ciação, onde fica o consultório, houve o descerramento da placa do então denominado Ambulatório Odontológico Valéria Tubel Vaz de Almeida. Nada mais justo do que destinar ao espaço o nome daquela que deu início ao serviço, aperfeiçoou, estruturou e modernizou o local para melhor atender os sócio e seus dependentes.

Vale lembrar que a ideia de dar o nome de Valéria Tubel Vaz de Almeida ao Ambulatório Odontológico foi da sócia Hortência Martinho, ex-presidente da associação, uma sugestão prontamente aceita pela Diretoria. A data escolhida para a cerimônia foi relacionada ao aniversário da dentista, que seria em 5 de abril, aprovada por sua família.

A surpresa da noite ficou por conta de outra homenagem, organizada pelas funcionárias da Secretaria da Assojubs. Elas deixaram monitores espalhados pela entidade com fotos para recordar os diferentes momentos da dentista com seus familiares e amigos. Ao final da solenidade, houve uma pequena recepção aos participantes.

Novos Convênios

ODONTOLOGIA

Augusto Cesar Santos Barbosa
Endereço: Av. Epitácio Pessoa, 702,
Ponta da Praia - Santos
Telefone: (13) 3238-0152 / 3238-0184
E-mail: augustocsbarbosa@gmail.com

20% de desconto

AGÊNCIA DE TURISMO

Maré Viagens
Endereço: Rua Galeão Carvalhal, 51, loja 2,
Gonzaga - Santos / Telefone: (13) 3289-1870

5% de desconto em excursões, passeios e transfer elaborados pela Maré Viagens

PSICOLOGIA INFANTIL - ADULTO - CASAS

Marilda Libera Z. Larrubia Cerquetani
Endereço: Rua Leonardo Roitman, 27, cj. 47,
Vila Matias-Santos
Telefone: (13) 3225-5373
99798-2371 / 99128-0021

50% de desconto

ÓTICA

Delli Ótica
Endereço: Rua Itororó, 109, Centro, Santos
Telefone: (13) 3216-1642

20% de desconto

A RELAÇÃO COMPLETA DE CONVENIADOS ESTÁ DISPONÍVEL EM www.assojubs.org.br

Não fique só, fique sócio da Assojubs!



Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo

Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:
 Nome:
 RG: Nascimento:
 CPF: Estado Civil:
 End.: N°: Complemento:
 Bairro: CEP:
 Cidade: Tel.:
 E-mail: Cel.:
 Nextel: ID:
 Função: Matrícula:
 Lotação: Cidade:
 Pai: Nascimento: / /
 Mãe: Nascimento: / /
 Cônjuge: Nascimento: / /
 Dependente: Nascimento: / /
 Dependente: Nascimento: / /
 Dependente: Nascimento: / /

Autorização

Nome:
 titular da conta corrente nº banco ag.
 Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.
 _____, ____ de _____ de _____
 Assinatura

 Ciente / ____ / ____
 Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

10 KM Tribuna FM Unilus

Equipe Assojubs, com cerca de 100 atletas, participou, por mais um ano consecutivo, da prova



**PROGRAMAÇÃO SOCIAL E ESPORTIVA
CONFIRA O QUE VEM POR AÍ!**

1/7 - Aula Experimental de Violão na Assojubs

2/8 - III Festival de Futsal Kids Jubs

30/8 - Feijoada Jubs

CLUBE DE CAMPO DA ASSOJUBS

Em Pedro de Toledo



VALORES - ASSOCIADOS

R\$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas
R\$ 12,00 o ingresso por associado (ou dependente) para um dia de lazer

ALUGUEL PARA EVENTOS - ASSOCIADOS

R\$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas
R\$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas
R\$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato com a Secretaria da Assojubs

Fone: 13. 3223.2377